

-----**Ata número quatro de dois mil e vinte e três**-----

Ao vigésimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Ordinária, no auditório Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Período antes da ordem do dia:-----
2. Período ordem do dia:-----
  - a) Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);-----
  - b) Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação Social em Regime de Renda Apoiada Propriedade do Município de Mesão Frio – Proposta de Aprovação;-----
  - c) Contrato de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal em 19 de dezembro de 2022, ao abrigo da Autorização Genérica – Tomar Conhecimento;-----
  - d) IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2024 – Proposta de Aprovação;-----
  - e) IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para o ano 2024 – Proposta de Aprovação;-----
  - f) TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2024 – Proposta de Aprovação;-
  - g) 2ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2023 – Proposta de Aprovação;-----
  - h) Contratualização de empréstimo de médio/longo prazos para a contrapartida nacional de cinco projetos cofinanciados pelo FEDER, no âmbito do quadro de compromisso do PARU – Plano de Regeneração Urbana do Município de Mesão Frio e PROVERE – Programa de Valorização Económico de Recursos Endógenos, até ao montante de € 142.907,28 – Revogação de Decisão;-----
  - i) Contratualização de um empréstimo de médio e longo prazos, para a despesa não elegível dos projetos inseridos no contrato programa, no âmbito dos danos provocados em infraestruturas e equipamentos municipais provocadas pelas cheias e inundações nos meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, até ao montante de € 168.787,22 – Proposta de Aprovação;-----
  - j) Contratualização de um empréstimo de médio e longo prazos, para a despesa não elegível dos projetos inseridos no contrato programa, no âmbito dos danos provocados em infraestruturas e equipamentos municipais provocadas pelas cheias e inundações nos meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, até ao montante de € 168.787,22 – Encargos Plurianuais - Proposta de Aprovação;-----
  - k) Contratualização de um empréstimo de médio e longo prazos, para financiamento da obra «Rede Viária – Reparação Corrente das Estradas e Caminhos Municipais 2023» até ao montante de € 146.167,38 – Proposta de Aprovação;-----

- l) Contratualização de um empréstimo de médio e longo prazos, para financiamento da obra «Rede Viária – Reparação Corrente das Estradas e Caminhos Municipais 2023» até ao montante de € 146.167,38 – Encargos Plurianuais - Proposta de Aprovação; -----

3. Período aberto ao público. -----

Presentes os senhores, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a sessão às vinte e uma horas e dez minutos, primeira secretária Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa, segundo secretário, Luís Miguel Silva Marques, Pedro Miguel Alves Poças, Marco António Gonçalves Teixeira, Jorge Filipe Portela, Joana Monteiro Pires de Lima, António César Vicente Nunes, Vítor Miguel Barros da Fonseca, Francisco Guedes Moreira, José Ângelo Pinto Vieira, Carlos Alexandre Dias Pereira, João Paulo Guedes, substituo legal do Presidente da Junta de Freguesia de Barqueiros, por este designado, (PS), Anabela Valério Marrafa de Macedo, Carlos Alberto Esteves Miranda, Vítor Manuel Vieira de Oliveira (em substituição do membro Hugo Sérgio da Silva Marques de Sousa) e João Nascimento (em substituição do membro Margarida Correia Pinto) do (MMMMF), Maximiano Pereira Correia e Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim, (PPD/PSD).-----

Presentes os senhores, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, Manuel Fernando Mesquita Correia vereador do PS e Diogo Miguel Figueiredo Rocha e Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, vereadores do MMMF. -----

FALTAS: Justina Alexandra de Sousa Teixeira, Vereadora do PS, Eduardo Branco dos Santos do PS, Margarida Correia Pinto, Hugo Sérgio da Silva Marques de Sousa, Custódio Pereira Pinto do MMMF. -----

1 - Iniciada a sessão o senhor Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar os presentes, submeteu à votação a ata da sessão anterior, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não existindo nenhum pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu seguimento ao ponto 2, do Período ordem do dia. -----

**No ponto 2. a)**, apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Silva, após cumprimentar todos os presentes, informou que em relação aos processos judiciais pendentes não existiu qualquer alteração desde a última à sessão. Quanto à situação financeira informou que a dívida se mantinha. Relativamente à atividade desenvolvida pela Câmara, a mesma pode ser verificada pela leitura do documento que foi distribuído pelos membros, destacando as diversas reuniões com entidades oficiais e particulares, nomeadamente, a reunião com os técnicos no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) em curso, com o objetivo de tentar melhorar as soluções propostas de forma a que a mesma se traduza num regime legal e regulamentar mais vantajoso para o município, reuniões com o Turismo Porto e Norte a propósito das Caldas do Moledo e São Silvestre, os inúmeros eventos, as obras realizadas e a realizar, e uma reunião com o Turismo Porto e Norte e os municípios da Régua, Baião, Marco de Canavezes, Penafiel e Gondomar a propósito da “Rota da EN108”. -----

No uso da palavra, o membro Carlos Miranda (MMMMF), cumprimentando todos os presentes, demonstrou a sua preocupação sobre a não participação da comunidade nas atividades/tradições sugeridas pelas

associações e comissões de festas. Ainda que não existam culpados, sugeriu que as pessoas devem optar por ser mais ativas neste tipo de iniciativas e não ser apenas espectadores. Devemos fazer todos mais um pouco. -----

Em resposta ao membro Carlos Miranda (MMMMF), o Senhor Presidente da Câmara mostrou-se sensibilizado e disponível nessa interação, enumerou algumas das atividades que o executivo tem vindo a proporcionar como a dança, pintura e outros ateliers em que a comunidade tem vindo a aderir. O município tem apoiado e assumido um papel preponderante no que respeita à motivação da população e na disponibilização de todos os meios e atividades para que a mesma se mantenha ativa. -----

Ainda dentro das preocupações que são sensíveis ao município, o Senhor Presidente da Câmara, informou que o executivo tudo tem feito sobre a temática do abandono de animais, não logrando, contudo, sucesso na retirada dos mesmos das vias públicas. Atualmente, a ação da Associação de Municípios Vale Douro Note, que presta esse serviço, está aquém das expectativas e já foi tomada uma posição por parte dos respetivos corpos gerentes no sentido de a extinguir em virtude de mesma apenas existir no papel, não lhe sendo conhecida qualquer atividade, sendo que no futuro próximo este tema será abordado e tratado. O membro Maximiano Pereira Correia (PPD/PSD), referiu que vê com muita preocupação as consequências que poderão resultar para o município, para a sua população, decorrentes da aprovação final da revisão do PDM, com todas as limitações que as entidades externas pretendem implementar no documento, enaltecendo, porém, o inconformismo e resistência manifestada pelo executivo nesta temática da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) em curso. -----

No uso da palavra o membro Carlos Abreu Amorim (PPD/PSD), subscreveu as preocupações manifestadas pelo membro Maximiano Pereira Correia (PPD/PSD). Aproveitou a oportunidade para congratular o Senhor Presidente de Câmara Paulo Silva, pela celebração de dois anos da sua eleição e que, estando a meio do seu mandato, será altura de fazer alguns balanços, felicitou também o Partido Socialista, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo resultado alcançado nas mesmas eleições. -- O senhor Presidente de Assembleia Municipal informou os presentes que, em relação à Revisão do PDM, pretendia, em articulação com o executivo, convocar uma sessão extraordinária monotemática, com vista à discussão e esclarecimento cabal deste processo complexo que é a revisão do PDM, o que de bom e mau poderá representar para o concelho de Mesão Frio, com a presença, se possível, dos técnicos da Câmara Municipal que vêm acompanhando o respetivo procedimento. -----

**No ponto 2. b),** Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação Social em Regime de Renda Apoiada Propriedade do Município de Mesão Frio – Proposta de Aprovação. O Sr. Presidente da Câmara, no uso da palavra efetuou uma breve explicação sobre o teor do Regulamento em apreço. Não havendo ninguém inscrito para intervir, posto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

**No ponto 2. c),** Contrato de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, Autorizados pela Assembleia Municipal em 19 de dezembro de 2022, ao abrigo da Autorização Genérica. – Tomada de conhecimento. O documento foi atempadamente disponibilizado aos membros, não se tendo verificado qualquer pedido de intervenção. -----

**No ponto 2. d),** IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2024 – Proposta de Aprovação. No uso

da palavra o Senhor Presidente da Câmara efetuou uma breve explicação sobre o assunto, sublinhando que o executivo entendeu que deveria manter as taxas, dado que o município não tem fontes alternativas de receita aptas a compensar a perda que resultaria de uma hipotética diminuição das mesmas-----

O membro Maximiano Pereira Correia (PPD/PSD), no uso da palavra, teceu um breve comentário sobre assunto, referindo que, no futuro, fosse ponderado, se possível, uma alteração que se pudesse traduzir numa restituição do Imposto ao sujeito passivo em caso de necessidade, na certeza que existe sensibilidade social neste executivo para o realizar. -----

O membro Carlos Miranda (MMMMF), referiu que, por acreditar que a proposta apresentada pelos vereadores do MMMF era a mais justa, pelos seus fundamentos votaria contra a presente proposta. -----

O membro Jorge Portela (PS), usou da palavra para acrescentar que em relação à temática do IMI a população mais carenciada de Mesão Frio não paga IMI, pelo que as preocupações manifestadas pelo membro Carlos Miranda não tinham razão de ser. -----

António Nunes, membro do PS e Presidente de Junta de Freguesia de Santo André, efetuou uma breve apreciação sobre o tema, baseando-se num trabalho que anualmente é realizado pela Ordem dos Contabilistas, que tem por referência as contas dos municípios e, claro, que o foco é a temática dos impostos municipais, que se traduzem em receita. Nesse relatório, feita uma análise, é elaborado uma espécie de *ranking* dos que arrecada mais e dos arrecadam menos. Face a estes dados, facilmente se conclui e entende-se a importância que este tipo de impostos representa para os municípios da dimensão do Município de Mesão Frio. Concluiu referindo que, “na ótica da bancada do PS subscrevemos na integra a posição tomada do executivo de manter as taxas. Manter o equilíbrio financeiro do Município é sempre importante”. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Paulo Silva, justificou a tomada de decisão referindo que não pode responder, sem receitas, às solicitações de cariz social e económico que os mais carenciados lhe fazem chegar. Identificou ainda inúmeras iniciativas levadas a cabo pelo executivo com vista a apoiar a população mais desfavorecida, destacando a entrega Fichas de Atividades aos alunos, independentemente dos respetivos agregados familiares, o aumento da verba destinado custear obras em casas degradadas de agregado familiares mais desfavorecido, entre outras. -----

Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, o Senhor Presidente de Assembleia pôs à votação a proposta em mérito, tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor e quatro votos contra dos membros do MMMF. -----

**No ponto 2. e),** IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para o ano 2024 – Proposta de Aprovação. Não havendo ninguém inscrito para intervir, posta à votação, foi a proposta aprovada por maioria, com quinze votos a favor e quatro votos contra dos membros do MMMF. -----

**No ponto 2. f),** TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2024 – Proposta de Aprovação. Não havendo ninguém inscrito para intervir, posta à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.

**No ponto 2. g),** 2ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2023 – Proposta de Aprovação. No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara efetuou uma breve explicação sobre o assunto. Sem nenhum pedido de intervenção, foi posta à votação a 2ª Alteração

Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2023, tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor e quatro abstenções dos membros do MMMF. -----

**No ponto 2. h),** Contratualização de empréstimo de médio/longo prazos para a contrapartida nacional de cinco projetos cofinanciados pelo FEDER, no âmbito do quadro de compromisso do PARU – Plano de Regeneração Urbana do Município de Mesão Frio e PROVERE – Programa de Valorização Económico de Recursos Endógenos, até ao montante de € 142.907,28 – Revogação de Decisão. O Sr. Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que a presente proposta de revogação decorre da decisão do Tribunal de Contas de recusa do visto ao pedido de empréstimo, para pagamento da componente nacional das obras realizadas pelo município no quadro 2020, dado que as mesmas já haviam sido pagas pelo Município de Mesão Frio. Na sequência do decidido, o Município de Mesão Frio recorreu a um novo empréstimo, de igual montante, em condições normais. Mais referiu que este montante se destinava a investimento na recuperação de estradas municipais. Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, posto à votação, foi aprovada por unanimidade a proposta de revogação da decisão da contratualização do empréstimo suprarreferido, pela fundamentação aduzida pelos Senhor Presidente da Câmara. -----

**No ponto 2. i),** Contratualização de um empréstimo de médio e longo prazos, para a despesa não elegível dos projetos inseridos no contrato programa, no âmbito dos danos provocados em infraestruturas e equipamentos municipais provocadas pelas cheias e inundações nos meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, até ao montante de € 168.787,22 – Proposta de Aprovação. O Sr. Presidente da Câmara, no uso da palavra efetuou uma breve explicação sobre o assunto. Não havendo ninguém inscrito para intervir, posto à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

**No ponto 2. j),** Contratualização de um empréstimo de médio e longo prazos, para a despesa não elegível dos projetos inseridos no contrato programa, no âmbito dos danos provocados em infraestruturas e equipamentos municipais provocadas pelas cheias e inundações nos meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, até ao montante de € 168.787,22 – Encargos Plurianuais - Proposta de Aprovação. O Sr. Presidente da Câmara, no uso da palavra efetuou uma breve explicação sobre o assunto. Não havendo ninguém inscrito para intervir, posto à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

**No ponto 2. k),** Contratualização de um empréstimo de médio e longo prazos, para financiamento da obra «Rede Viária – Reparação Corrente das Estradas e Caminhos Municipais 2023» até ao montante de € 146.167,38 – Proposta de Aprovação. O Sr. Presidente da Câmara, no uso da palavra efetuou uma breve explicação sobre o assunto, e, não havendo ninguém inscrito para intervir, posto à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

**No ponto 2. l),** Contratualização de um empréstimo de médio e longo prazos, para financiamento da obra «Rede Viária – Reparação Corrente das Estradas e Caminhos Municipais 2023» até ao montante de € 146.167,38 – Encargos Plurianuais - Proposta de Aprovação. O Sr. Presidente da Câmara, no uso da palavra efetuou uma breve explicação sobre o assunto. Não havendo ninguém inscrito para intervir, foi aprovado por unanimidade. -----

**3--Período aberto ao Público**, não se registaram quaisquer pedidos de intervenção. -----  
Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da ata da sessão, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos. -----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

---

(Carlos Manuel Pombo Soares Silva)

A Primeira Secretária da Assembleia Municipal

---

(Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa)

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal

---

(Luís Miguel Silva Marques)